DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1647/2016

PROCESSO TC/MS	:	TC/9961/2013
PROTOCOLO	:	1424266
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
ORDENADOR DE DESPESAS	:	SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA
CARGO DO ORDENADOR	:	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO N. 187/2013
RELATOR	:	CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
CONTRATADA	:	ULISSES PEREIRA DE ALENCAR-EPP
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL N. 08/2013
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
VALOR DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 248.253,60

CONTRATAÇÃO PÚBLICA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO E TEOR DO CONTRATO. REGULARIDADE E LEGALIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato n. 187/2013 celebrado entre o Município de Dourados, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, e a empresa Ulisses Pereira de Alencar - EPP, decorrente do resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2013, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte de passageiros, sob regime de fretamento, para transportar pacientes no percurso Dourados – Campo Grande (ida e volta), no valor de R$ 248.253,60 (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos).

Analisa-se, neste momento, o procedimento licitatório (1ª fase) e a formalização e o teor do contrato (2ª fase), nos termos do art. 120, I, ‘a”, e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, tanto o Corpo Técnico, conforme Análise Conclusiva ANC-4ICE-9143/2013, quanto o Ministério Público de Contas – MPC, Parecer PAR-MPC-GAB.5 DR.TMV/SUBSTITUTO-11243/2013, opinaram pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual.

DA DECISÃO

Analisando os autos, verifica-se o atendimento às exigências contidas nas Leis Federais n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, e nas normas regimentais expedidas por esta Corte de Contas.

Ante o exposto, acompanho o entendimento da equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (ICE) e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 8/2013, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar Estadual n. 16, de 2 de janeiro de janeiro de 2012, c/c o art. 120, I, "a", do RITC/MS;

2. pela **regularidade** e **legalidade** da formalização e teor do Contrato n. 187/2013, com base no art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 120, II, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento às autoridades administrativas competentes, com fulcro no art. 50 da Lei Complementar Estadual n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º do RITC/MS;

4. pela **remessa** dos autos à 4ª ICE, para análise dos atos de execução do contrato.

Campo Grande, 10 de março de 2016.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

skg